
ANTIGOS COMBATENTES E DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

ENQUADRAMENTO NACIONAL E INTERNACIONAL



SÍNTESE
INFORMATIVA

ANTIGOS COMBATENTES E DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

FICHA TÉCNICA

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar – DILP

Título do dossiê:

Antigos Combatentes e Deficientes das Forças Armadas: Enquadramento Internacional

Pesquisa, compilação, análise e tratamento por:

Maria João Godinho

Arranjo e Composição Gráfica:

Nuno Amorim

Síntese Informativa n.º 23

Data de publicação:

Maior de 2018

Av. D. Carlos I, 128-132 – 3.º
1200-651 LISBOA

AVISO LEGAL E DIREITOS DE AUTOR

Este documento é um resumo de informação publicada e não representa necessariamente a opinião do autor ou da Assembleia da República.

O documento foi produzido para apoio aos trabalhos parlamentares dos Deputados e funcionários da Assembleia da República.

© Assembleia da República, 2018. Direitos reservados nos termos do artigo 52º da Lei nº 28/2003, de 30 de julho.

Índice

NOTA PRÉVIA	6
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA)	7
FRANÇA.....	9
REINO UNIDO (RU).....	10

NOTA PRÉVIA

O presente dossier tem por objeto o estudo comparado da legislação referente aos Antigos Combatentes e Deficientes das Forças Armadas.

Foram pesquisados os ordenamentos jurídicos dos Estados Unidos da América, França e Reino Unido.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA)

Nos EUA as principais normas estabelecidas a nível federal estão codificadas no *Code of Federal Regulations (CFR)*¹, que se encontra dividido em 50 títulos, por grandes áreas de governação, cada um dividido e subdividido em temas específicos. A matéria respeitante aos antigos combatentes e deficientes das Forças Armadas está regulada no Título 38 - [Pensions, Bonuses, and Veterans' Relief](#).

Este título encontra-se dividido em 2 capítulos e 299 partes - [Department Of Veterans Affairs](#) (partes 0 a 199) e [Armed Forces Retirement Home](#) (partes 200 a 299); as partes estão divididas em subpartes e estas organizadas em parágrafos. Indica-se abaixo a lista das partes que constituem os dois capítulos, com hiperligações (nas duas colunas à esquerda) para o respetivo conteúdo:

[Chapter I—Department Of Veterans Affairs](#)

0	0.600 to 0.735-12	<i>Values, standards of ethical conduct, and related responsibilities</i>
1	1.9 to 1.1000	<i>General provisions</i>
2	2.1 to 2.8	<i>Delegations of authority</i>
3	3.1 to 3.2600	<i>Adjudication</i>
4	4.1 to 4.150	<i>Schedule for rating disabilities</i>
5		<i>[Reserved]</i>
6	6.1 to 6.21	<i>United States Government life insurance</i>
7	7.2 to 7.8	<i>Soldiers' and sailors' civil relief</i>
8	8.0 to 8.34	<i>National service life insurance</i>
8a	8a.1 to 8a.4	<i>Veterans mortgage life insurance</i>
9	9.1 to 9.22	<i>Servicemembers' group life insurance and veterans' group life insurance</i>
10	10.0 to 10.53	<i>Adjusted compensation</i>
11	11.75 to 11.130	<i>Loans by banks on and payment of adjusted service certificates</i>
12	12.0 to 12.24	<i>Disposition of veteran's personal funds and effects</i>
13	13.1 to 13.111	<i>Veterans benefits administration, fiduciary activities</i>
14	14.500 to 14.810	<i>Legal services, general counsel, and miscellaneous claims</i>
15	15.101 to 15.171-15.999	<i>Enforcement of nondiscrimination on the basis of handicap in programs or activities conducted by the department of veterans affairs</i>
16	16.101 to 16.124	<i>Protection of human subjects (eff. until 1-19-18)</i>
17	17.1 to 17.3130	<i>Medical</i>
18	18.1 to 18.550	<i>Nondiscrimination in federally-assisted programs of the department of veterans affairs—effectuation of title vi of the civil rights act of 1964</i>
18a	18a.1 to 18a.5	<i>Delegation of responsibility in connection with title vi, civil rights act of 1964</i>
18b	18b.1 to 18b.95	<i>Practice and procedure under title vi of the civil rights act of 1964 and part 18 of this chapter</i>
19	19.1 to 19.102	<i>Board of veterans' appeals: appeals regulations</i>
20	20.1 to 20.1510	<i>Board of veterans' appeals: rules of practice</i>
21	21.1 to 21.9770	<i>Vocational rehabilitation and education</i>

¹ Este código é atualizado anualmente, de acordo com um calendário previamente fixado: a 1 janeiro para os títulos 1 a 16; a 1 de abril para os títulos 17 a 27, a 1 de julho os títulos 18 a 41 e 1 de outubro para os títulos 42 ao 50; contudo, uma versão não oficial é atualizada diariamente no sítio do [U.S. Government Printing Office](#).

23	23.100 to 23.605	<i>Nondiscrimination on the basis of sex in education programs or activities receiving federal financial assistance</i>
25	25.1	<i>Uniform relocation assistance and real property acquisition for federal and federally assisted programs</i>
26	26.1 to 26.9	<i>Environmental effects of the department of veterans affairs (va) actions</i>
36	36.4201 to 36.4709	<i>Loan guaranty</i>
38	38.600 to 38.633	<i>National cemeteries of the department of veterans affairs</i>
39	39.1 to 39.122	<i>Aid for the establishment, expansion, and improvement, or operation and maintenance, of veterans cemeteries</i>
40	40.1 to 40.13	<i>Intergovernmental review of department of veterans affairs programs and activities</i>
42	42.1 to 42.47	<i>Standards implementing the program fraud civil remedies act</i>
45	45.100 to 45.605	<i>New restrictions on lobbying</i>
46	46.1 to 46.8	<i>Policy regarding participation in national practitioner data bank</i>
47	47.1 to 47.2	<i>Policy regarding reporting health care professionals to state licensing boards</i>
48	48.100 to 48.670	<i>Governmentwide requirements for drug-free workplace (financial assistance)</i>
50	50.1 to 50.4	<i>Religious and community organizations: providing beneficiary protections to political or religious affiliation</i>
51	51.1 to 51.210	<i>Per diem for nursing home care of veterans in state homes</i>
52	52.1 to 52.220	<i>Per diem for adult day health care of veterans in state homes</i>
53	53.1 to 53.41	<i>Payments to states for programs to promote the hiring and retention of nurses at state veterans homes</i>
58		<i>[Reserved]</i>
59	59.1 to 59.170	<i>Grants to states for construction or acquisition of state homes</i>
60	60.1 to 60.20	<i>Fisher houses and other temporary lodging</i>
61	61.0 to 61.82	<i>VA homeless providers grant and per diem program</i>
62	62.1 to 62.81	<i>Supportive services for veteran families program</i>
63	63.1 to 63.15	<i>Health Care For Homeless Veterans (HCHV) program</i>
64	64.0 to 64.18	<i>Grants for the rural veterans coordination pilot (rvcp)</i>
70	70.1 to 70.73	<i>Veterans transportation programs</i>
71	71.10 to 71.50	<i>Caregivers benefits and certain medical benefits offered to family members of veterans</i>
74	74.1 to 74.29	<i>Veterans small business regulations</i>
75	75.111 to 75.119	<i>Information security matters</i>
76	76.1 to 76.4	<i>Monthly assistance allowance for veterans in connection with the united states paralympics</i>
77	77.1 to 77.21	<i>Grants for adaptive sports programs for disabled veterans and disabled members of the Armed Forces</i>
78-199		<i>[reserved]</i>
Chapter II—Armed Forces Retirement Home		
200	200.1 to 200.8	<i>Compliance with the national environmental policy act</i>
201-299		<i>[Reserved]</i>

Informação detalhada sobre os variados direitos e benefícios previstos para antigos combatentes e deficientes militares e a forma de os obter pode ser consultada no sítio do [US Department of Veteran Affairs \(VA\)](#).

O VA está dividido em três administrações que funcionam em conjunto mas têm competências diferentes (hiperligações para as respetivas páginas na internet incluídas abaixo):

- A [Veterans Benefits Administration \(VBA\)](#) recebe as candidaturas e determina a elegibilidade de cada veterano para cada um dos benefícios previstos (indenização por acidente ou doença em serviço, pensão, educação, garantia de empréstimo para comprar casa, seguro de vida, reabilitação vocacional e emprego, assistência).
- A [Veterans Health Administration \(VHA\)](#) é o maior sistema integrado de saúde norte-americano, com mais de 1200 [estabelecimentos](#) (centros médicos, clínicas e centros de veteranos), dá assistência médica de todos os tipos a cerca de 9 milhões de veteranos por ano.
- A [National Cemetery Administration \(NCA\)](#) providencia funerais e cerimónias fúnebres, sendo responsável pela manutenção dos cemitérios nacionais de veteranos.

FRANÇA (FR)

Em França, o [Code des pensions militaires d'invalidité et des victimes de guerre](#)² reúne o regime jurídico aplicável em matéria de antigos combatentes, deficientes das Forças Armadas e vítimas de guerra. O Código atual entrou em vigor a 1 de janeiro de 2017, mas o primeiro código destas matérias data de 1919.

O Código está dividido em livros, por sua vez subdivididos, sucessivamente, em títulos, capítulos, secções, subsecções e artigos, e é organizado por blocos em função do tipo de norma (legal ou regulamentar – *partie législative* e *partie réglementaire*), como é habitual nos códigos franceses.

Atenta a extensão do índice, insere-se abaixo uma versão sintética, até à subdivisão título, que permite perceber as matérias reguladas, estando o índice completo acessível na [hiperligação](#) inserida acima; para facilitar a consulta, na lista abaixo inseriu-se, à frente de cada livro, hiperligação direta para as respetivas partes legislativa e regulamentar:

Livre Ier : Le droit à pension ([parte legislativa](#) e [parte regulamentar](#))

Titre Ier : Les bénéficiaires

Titre II : Détermination du droit à pension d'invalidité

Titre III : Allocations et majorations

Titre IV : Droits des ayants cause

Titre V : Procédures d'attribution et de révision des pensions

Titre VI : Régime des pensions concédées

Livre II : Droits annexes à la pension ([parte legislativa](#) e [parte regulamentar](#))

Titre Ier : Prise en charge des soins médicaux et de l'appareillage

Titre II : Régime des personnes hospitalisées en établissement de santé autorisé en psychiatrie

Titre III : Reconversion et affiliation à la sécurité sociale

Titre IV : Dispositif d'accès aux emplois de la fonction publique

Titre V : Carte d'invalidité et réductions sur les transports

Livre III : Cartes et titres, retraite du combattant et décorations ([parte legislativa](#) e [parte regulamentar](#))

Titre Ier : La carte du combattant

Titre II : La retraite du combattant

Titre III : Le titre de reconnaissance de la nation

Titre IV : Autres titres et droits correspondants

Titre V : Décorations

Livre IV : Pupilles de la nation ([parte legislativa](#) e [parte regulamentar](#))

Titre Ier : De la qualité de pupille de la nation

Titre II : Effets de l'adoption

Titre III : Dispositions relatives aux pupilles résidant à l'étranger

Titre IV : Dispositions relatives aux collectivités d'outre-mer et à la nouvelle-calédonie

Livre V : Mentions à l'état civil et sépultures ([parte legislativa](#) e [parte regulamentar](#))

Titre Ier : Mentions et inscriptions sur les monuments commémoratifs

Titre II : Restitution des corps et sépultures perpétuelles

Titre III : Dispositions relatives aux collectivités d'outre-mer et à la nouvelle-calédonie

² Versão atualizada disponível no sítio <https://www.legifrance.gouv.fr>; no sítio do [Comité d'Entente des Grands Invalides de Guerre](#) (entidade que reúne um conjunto de associações de antigos combatentes, deficientes militares e vítimas de guerra) está disponível uma [versão anotada do Código](#), bem como informação sobre a evolução histórica desta legislação.

Livre VI : Institutions (parte legislativa e parte regulamentar)
Titre Ier : Office national des anciens combattants et victimes de guerre
Titre II : Institution nationale des invalides

Livre VII : Contentieux des pensions (parte legislativa e parte regulamentar)
Titre Ier : Dispositions communes
Titre II : Organisation des tribunaux des pensions et des cours régionales des pensions
Titre III : Procédure
Titre IV : Dispositions applicables en nouvelle-calédonie, en polynésie française, dans les îles wallis et futuna et à saint-pierre-et-miquelon

Existe ainda um conjunto de normas do Código anterior que foram mantidas em vigor, quer legais, quer regulamentares, a saber:

Livre Ier : Régime général des pensions militaires d'invalidité (parte legislativa e parte regulamentar – [décrets en Conseil d'Etat](#), [décrets simples](#) e [arrêtés](#))
Titre II : Emoluments complémentaires.
Titre III : Droits à pension des conjoints survivants et des orphelins.
Titre VI : Dispositions diverses relatives au payement des pensions.

Livre II : Régimes rattachés au régime général et régimes spéciaux (parte legislativa e parte regulamentar – [décrets en Conseil d'Etat](#), [décrets simples](#) e [arrêtés](#))
Titre Ier : Régimes applicables à certains personnels militaires et assimilés
Titre II : Membres des organisations civiles et militaires de la Résistance
Titre III : Règles applicables aux victimes civiles
Titre IV : Alsaciens et Lorrains
Titre V : Militaires et assimilés originaires d'Algérie et des pays d'outre-mer
Titre VII : Admission de certains étrangers, ainsi que de certains Français victimes de circonstances particulières, au bénéfice des dispositions du présent code.

Livre III : Droits et avantages attachés à la qualité d'ancien combattant ou de victime de guerre (parte legislativa e parte regulamentar – [décrets en Conseil d'Etat](#), [décrets simples](#) e [arrêtés](#))
Titre II : Statut des résistants, des déportés, internés et réfractaires
Titre III : Droits et avantages accessoires

Livre IV : Etat civil et sépultures (parte legislativa e parte regulamentar – [décrets simples](#) e [arrêtés](#))

Livre V : Institutions (parte regulamentar – [décrets simples](#) e [arrêtés](#))

No [sítio oficial da administração francesa na internet](#) pode encontrar-se informação detalhada sobre os principais direitos e benefícios dos [antigos combatentes](#).

As principais entidades públicas com competência nesta matéria são o *Office national des anciens combattants et victimes de guerre (ONACVG)*³ e a [Institution nationale des invalides \(INI\)](#)⁴, que funcionam na tutela do [ministère des Armées](#).

REINO UNIDO (RU)

De acordo com as pesquisas feitas, no RU as normas aplicáveis em matéria de antigos combatentes e deficientes das Forças Armadas encontram-se dispersas por diversas fontes.

Sem força legal mas considerado um documento essencial nestas matérias é o [Armed Forces Covenant](#), que é descrito como um compromisso entre o Governo, a nação e as Forças Armadas, correspondendo ao cumprimento da obrigação moral de reconhecimento do serviço prestado por aqueles que servem ou serviram nas Forças Armadas e suas famílias. Assenta em dois pilares: nenhum membro da comunidade das Forças

³ [Artigos L611-1 a L611-6 do Code des pensions militaires d'invalidité et des victimes de guerre](#)

⁴ [Artigos L621-1 621-2 do Code des pensions militaires d'invalidité et des victimes de guerre](#)

Armadas pode ficar em desvantagem comparativamente com os restantes cidadãos no acesso a serviços públicos e comerciais e a noção de que as situações especiais, como por exemplo as de quem tenha ficado ferido em serviço, têm de ser atendidas. Em 2011, o [Armed Forces Act 2011 \(AFA 2011\)](#) consagrou pela primeira vez na lei a existência deste instrumento, incumbindo o Governo de apresentar ao Parlamento um relatório anual sobre o que foi feito ao abrigo do mesmo⁵. Apesar de o *Armed Forces Covenant* não ter força vinculativa (legal), é dele que emanam muitos dos direitos e benefícios atribuídos a militares, antigos combatentes e suas famílias, como o apoio na transição para a vida civil, acesso ao emprego, habitação, cuidados de saúde, etc.

Em termos de legislação, o [Armed Forces \(Pensions and Compensation\) Act 2004](#), cujo índice se inclui abaixo (com hiperligações para o conteúdo de cada parte e suas secções), é a principal base legal para a atribuição de pensões e compensações devidas aos deficientes militares, antigos combatentes e seus familiares.

[Armed Forces \(Pensions and Compensation\) Act 2004](#)

[Introductory Text](#)

[Pensions and compensation](#)

- [1. Pension and compensation schemes: armed and reserve forces](#)
- [2. Payments due from scheme administrator in respect of deceased persons](#)
- [3. Accrued rights](#)
- [4. Existing naval and marine pensions](#)
- [Appeals](#)
- [5. Amendments to Pensions Appeal Tribunals Act 1943](#)

[Miscellaneous and supplementary](#)

- [6. Royal Patriotic Fund Corporation](#)
- [7. Amendments and repeals](#)
- [8. Commencement](#)
- [9. Expenses](#)
- [10. Orders](#)
- [11. Interpretation](#)
- [12. Short title](#)

SCHEDULES

[SCHEDULE 1](#)

[Amendments to Pensions Appeal Tribunals Act 1943](#)

[1. The Pensions Appeal Tribunals Act 1943 \(c. 39\) is amended..2.\(1\) Section 5A \(appeals to Pensions Appeal Tribunal against specified...3.\(1\) Section 6 \(constitution, jurisdiction and procedure of Pensions Appeal...4. After section 6 there is inserted— Appeals from Tribunal to...5. In subsections \(1\) and \(3\) of section 8 \(time limit...6. After section 11 there is inserted— Regulations \(1\) Regulations under section 6A, 6C or 6D of this...7.\(1\) Section 12 \(interpretation\) is amended as follows. 8. In paragraph \(b\) of section 13 \(application to Scotland\), after...9.\(1\) Section 14 \(application to Northern Ireland\) is amended as...10.\(1\) The Schedule \(constitution, jurisdiction and procedure of Pensions Appeal...](#)

[SCHEDULE 2](#)

[Royal Patriotic Fund Corporation: transfer of staff](#)

[1. The contract of employment of an employee transferred under an...2. Where an employee is so transferred— \(a\) all the rights...3. But if the employee informs the Corporation or the proposed...4. This Schedule does not prejudice any right of an employee...5. In this Schedule “date of transfer” means the date decided...](#)

[SCHEDULE 3](#)

[Repeals](#)

⁵ Cfr. [parte 16A](#) do *Armed Forces Act 2011*; o relatório mais recente, relativo a 2017, pode ser consultado em https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/668345/6_3923_AFC_Annual_Report_2017_DRAFT_v7_WEB.PDF

Mais informação sobre o *Armed Forces Covenant* em: <https://www.gov.uk/government/publications/armed-forces-covenant-2015-to-2020/armed-forces-covenant>

No desenvolvimento do estatuído na lei acima referida, a [Armed Forces and Reserve Forces \(Compensation Scheme\) Order 2011](#)⁶ concretiza as medidas de compensação por acidente, doença ou morte em serviço (ocorridos em ou após 6 de abril de 2005, sendo os ocorridos antes desta data e desde que o militar em causa já não esteja no ativo compensados nos termos do *War Pensions Scheme –WPS*)⁷.

Regras mais detalhadas constam da [Naval, Military and Air Forces Etc. \(Disablement and Death\) Service Pensions Order 2006](#), conhecida como *Service Pensions Order*.

Existe ainda uma compensação especial para militares e seus familiares que sejam vítimas de crimes violentos enquanto em missão no estrangeiro - [Criminal Injuries Compensation \(Overseas\) scheme](#).

Em termos de pensões de aposentação⁸, há três esquemas, em função da data de início de serviço:

- [Armed Forces Pension Scheme 75](#) (início entre abril de 1975 e abril de 2005)
- [Armed Forces Pension Scheme 05](#) (início entre abril de 2005 e abril de 2015)
- [Armed Forces Pension Scheme 15](#): (início a partir de abril de 2015).

O departamento [Veterans UK](#), no âmbito do [Ministry of Defence](#) é a entidade responsável pelo apoio aos antigos combatentes e seus familiares e a gestão dos esquemas de pensões e compensações das Forças Armadas.

No portal do governo britânico na internet pode consultar-se mais informação dos [benefícios previstos para os militares, incluindo antigos combatentes e deficientes das Forças Armadas e seus familiares](#). Muitos dos direitos ou benefícios atribuídos encontram-se na legislação que regula cada setor (por exemplo, em matéria de habitação, existe em Inglaterra uma preferência legal no acesso a habitação social por antigos combatentes e isso é feito ao abrigo da lei que regula as matérias da habitação - [Housing Act](#)⁹) ou resultam de programas do Governo ou acordos com outras entidades, ao abrigo do acima referido *Armed Forces Covenant*. Um documento preparado pelos serviços de apoio ao Parlamento britânico intitulado [Support for UK Veterans](#) sistematiza os tipos de apoios existentes pelo que se inclui hiperligação para o mesmo.

Refira-se finalmente que, em 26 de abril do corrente, o Governo britânico anunciou o lançamento da primeira estratégia sobre antigos combatentes e a criação de um novo serviço com contributos dos vários departamentos governamentais.¹⁰

⁶ Última alteração em 2018 pela [Armed Forces and Reserve Forces \(Compensation Scheme\) \(Amendment\) Order 2018](#)

⁷ Informação mais detalhada em <https://www.gov.uk/government/publications/war-pension-scheme/war-pension-scheme-what-you-need-to-know>

⁸ Informação detalhada <https://www.gov.uk/government/publications/armed-forces-and-reserve-forces-pension-schemes-guidance-booklets>

⁹ [Housing Act 1996 \(Additional Preference for Former Armed Forces Personnel\) \(England\) Regulations 2012](#)

¹⁰ <https://www.gov.uk/government/news/defence-secretary-launches-first-ever-veterans-strategy-and-new-cross-government-veterans-unit>